

FAZENDA JAMBEIRO:

O Despertar de um Patrimônio Abandonado

MARCELO GAUDIO AUGUSTO*

O tema patrimônio suscita, entre outras questões, aquelas que dizem respeito às chamadas relações de identidade, ou seja, a identificação e a atribuição de valores entre um objeto e a comunidade que o cerca. Porém, qual a identidade existente entre uma fazenda de café do século XIX e uma população de migrantes que se instalou nas terras, já abandonadas, desta mesma fazenda no final do século XX? O projeto consiste na elaboração de propostas de uso para a área remanescente da Fazenda Jambeiro, localizada na cidade de Campinas, no Parque Jambeiro. É forçoso frisar que o conjunto arquitetônico e ambiental referente à antiga Fazenda Jambeiro foi tombado pelo CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) em 1989 a pedido dos próprios moradores do bairro em formação. Mas qual o significado deste tombamento para essa população?

Por que tiveram essa iniciativa? E qual o valor atual da fazenda para esses moradores e seus descendentes?

Durante 20 anos, desde a abertura do processo de tombamento foram feitas muitas propostas de apropriação do espaço: restauro do edifício para instalação de um museu, escola, praça de esportes, supermercado. Porém, foram apenas sugestões de uso sem um estudo aprofundado da área. Tudo isso resultou no maior contra exemplo de patrimônio da cidade de Campinas, um local que foi tombado como ruína corre o risco de ser completamente destruído. Nesta pesquisa, através de uma investigação sobre a história da fazenda e entrevistas com os moradores, pretendo elaborar propostas mais consistentes para a preservação deste patrimônio, além de recuperar a história da Fazenda Jambreiro não só para a cidade de Campinas, mas principalmente para os moradores do bairro que a cerca.

Devido a uma escassa bibliografia, a análise deste objeto exige uma abordagem mais ampla, de modo que recorro a três áreas teóricas: a história, com o resgate do histórico da fazenda e os debates acerca da origem rural ou urbana da população brasileira; a arquitetura, abrangendo discussões sobre o estilo Eclético presente na sede da Fazenda, suas influências urbanas, e ainda, a polêmica atuação de Ramos de Azevedo no projeto; e por fim, a arqueologia, a qual possibilita um estudo sobre as relações sociais exercidas no local através de sua materialidade e fornece subsídios para uma intervenção no objeto, com objetivo final de construir uma proposta de uso público para o local.

A discussão entre urbano e rural é algo presente desde o século XIX, período do surgimento de várias cidades brasileiras, apesar de muitas destas deverem o seu crescimento a uma economia majoritariamente rural. O estudo da Fazenda Jambreiro desperta este debate devido a principalmente dois motivos: o primeiro se refere à distância de pouco mais de sete quilômetros existente entre a sede da fazenda e o antigo centro político da cidade de Campinas no século XIX, a Praça Bento Quirino, onde se localizava a antiga Casa de Câmara; outro motivo são as características morfológicas da sede, pois, além de possuir equipamentos modernos para

época (luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada), seu projeto agregava características de um sobrado urbano, respeitando os códigos de posturas exigidos para as casas da cidade de Campinas. Como exemplo disso a existência de platibanda, faixa horizontal na parte superior do edifício que, além de esconder o telhado e a calha, tinha o objetivo de impedir que a água da chuva caísse diretamente nos pedestres, sendo obrigatória a todas as construções a partir do código de postura de 1880.¹

A cidade de Campinas era urbana ou rural? Existe essa oposição? Podemos chamá-la de, na expressão de Gilberto Freire, *rurbana*? Para aprofundar este tema recorro a alguns intérpretes clássicos do Brasil como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, autores que promovem grandes debates sobre essa oposição ente rural e urbano no Brasil do XIX. Para os três autores as cidades foram dependentes do mundo rural em algum momento da história, mas nem todos acreditam que elas conquistaram a independência com o declínio dos centros de produção agrária. Em alguns lugares, a terra passa a ser apenas a fonte de sustento, e muitos lavradores passam a morar nos centros urbanos.² Para Gilberto Freire esse foi um período não só do declínio do café, mas também do patriarcalismo, a vida urbana torna as famílias mais individualizadas.³ Ainda neste autor, temos o uso do termo *rurbano*, apresentado no livro *Brasis, Brasil e Brasília*,⁴ diz respeito a considerar o Estado uma continuidade da sociedade, defendendo uma civilização mista que integra o mundo rural e urbano com equilíbrio. Enquanto que Oliveira Vianna, ao contrário dos autores anteriores, não acredita que a transição do mundo rural para o urbano tenha ocorrido. Para o autor, há realmente um aumento das cidades, porém o que existe para o brasileiro é uma vocação rural, mesmo os que moram em cidades não possuem hábitos urbanos, não existe no Brasil instinto urbano.⁵ Sérgio Buarque, por outro lado, comenta que a burguesia urbana se formou de modo meio forçado, certas atividades e normas de conduta do patriciado rural se tornaram comuns a todas as classes urbanas. Ao invés de se criar

certa urbanidade, o que ocorreu foi que a vida rural se torna estereotipada e a mentalidade da casa-grande invade a cidade.⁶

Levando esta mesma discussão para o contexto da cidade de Campinas temos alguns autores que em tempos diferentes falam sobre o café e sua influência no crescimento da cidade. Viajantes como Saint-Hilaire e Augusto Emílio Zaluar, que passam por Campinas no século XIX, mesmo que partindo de uma perspectiva mais descritiva, mostram o núcleo urbano intensamente ligado a economia agrária. Ao passo que, memorialistas como Benedito Barbosa Pupo, Celso Maria de Melo Pupo e Jolumá Brito, que escrevem suas obras nas décadas de 1940 a 1960, contam a história da cidade através de seus grandes momentos, se preocupando em apontar os personagens responsáveis pelo processo de modernização urbanização da cidade. Nestes, o campo tem papel fundamental para a formação e o enriquecimento da cidade, porém é algo que ficou no passado, pois desde meados do XIX Campinas se tornou um centro urbano. Enquanto que trabalhos acadêmicos feitos nos últimos 20 anos, como os de Amaral Lapa e Antônio da Costa Santos, ao remontar a história do município com objetivo de mostrar a origem dos problemas urbanos contemporâneos, a cidade se mostra como majoritariamente urbana, embora seja um fenômeno que ocorra apenas no século XX.

As transformações sociais e econômicas ocorridas no país no século XIX atingem os costumes e as moradias dos fazendeiros. Em Campinas existem dois marcos de mudança nos costumes bem evidentes: o primeiro ligado ao ciclo do açúcar, ainda no século XVIII, responsável pelo surgimento de uma estrutura viária, o desenvolvimento do comércio e da primeira elite agrária local, além de preparar uma infra-estrutura que mais tarde é aproveitada pelo cultivo do café. Já o segundo grande momento acontece quando o café substitui o açúcar no início do XIX, acelerado pela ferrovia que surge através do incentivo econômico dos fazendeiros em 1874, a cidade vai aos poucos ganhando mais importância que o campo.

A historiadora Áurea Pereira da Silva, no artigo *Engenhos e Fazendas de Café em Campinas (séc.XVIII – séc.XX)* publicado nos “Anais do Museu

Paulista v.14” (janeiro – junho 2006), levanta dois motivos principais para o café ter substituído o açúcar tão rapidamente: além da infra-estrutura do açúcar ter permitido a lavoura de café ser um investimento de rápido retorno, “as condições do mercado externo, ávido de café e saturado de açúcar, também lhe eram favoráveis”. Campinas se torna um importante pólo de atividades empresariais, comerciais e serviços, se destacando como núcleo regional. O crescimento econômico pelo qual os fazendeiros passam aproxima-os da cidade, além de receberem um acréscimo de prestígio com a distribuição pela coroa de títulos honoríficos.⁷

Temos então que, a arquitetura do café se vincula à herança dos engenhos; os sistemas construtivos tradicionais como a taipa de pilão e de mão para a construção de casas térreas ou assobradadas, dão preferência aos terrenos de meia encosta que aos de terreno plano devido a serem mais adaptadas a terrenos irregulares. Esta técnica é de forte influência dos mineiros que vieram no fim do século XVIII, quando as minas já estavam quase esgotadas e a Província de São Paulo era mais economicamente atraente. Com a chegada da ferrovia, há a anexação de novos cômodos, ampliando tanto espaços internos como a dimensão externa. Carlos Lemos aponta em seu livro *Casa Paulista*: “O café foi o divisor de águas, separa a São Paulo pobre, caipira da província riquíssima. Com ele veio também a substituição da arquitetura bandeirista por construções inspiradas pelo mais recente gosto europeu – o neoclássico”. Em meados do XIX surgem algumas mudanças impostas pelos códigos de posturas municipais, engenheiros sanitaristas e médicos começam a olhar para a cidade visando à higiene dos habitantes, deste modo decretam leis e códigos que define como a população deve se portar e construir suas casas. Quanto aos edifícios, neste momento temos grande ênfase nas questões de ventilação e iluminação natural dos cômodos. Tecnicamente, o surgimento do tijolo em 1870, ligado com a construção da ferrovia, substitui a taipa como técnica construtiva. A chegada da República e do ecletismo promove alterações nos modelos estilísticos, trazendo uma nova concepção na maneira de iluminar e ventilar as construções.

“O neoclássico foi o estilo da arquitetura do café”. Essa afirmação de Carlos Lemos é seguida de um porém: “mas esse neoclássico não foi bem aquele trazido pela Missão [Artística] Francesa” que ocorreu no início do XIX. O final desse século, pós 1880 é considerado a terceira fase da arquitetura dos sobrados em Campinas por Celso Maria de Melo Pupo. Este é um tema de grande discussão na arquitetura brasileira, pois o neoclássico que aqui chega é tão modificado para seguir as tendências e gostos dos cafeicultores que é considerado por muitos arquitetos outra coisa, levando o nome de ecletismo.

Pode-se dizer que a última fase da arquitetura do café já está no período republicano. Temos, por exemplo, as sedes das fazendas São Vicente, Pau d’Alho e o objeto desta pesquisa, a Jambeiro, todas na cidade de Campinas. Estas foram construídas integralmente com tijolos e reproduzem aspectos da arquitetura urbana contemporânea; as duas primeiras são térreas, enquanto a Jambeiro é a única construída em meia encosta, com a frente assobradada e os fundos térreos. No geral as sedes de fazenda da cidade mantinham seu aspecto arquitetônico com pouca variação, com exceção da Fazenda Jambeiro, nenhuma fazenda de Campinas apresenta platibanda ou frontão na estrutura da fachada. Interessante notar que ao contrário de Campinas, no Vale do Paraíba, esta decoração de fachada é muito mais comum.

A concepção de uma casa urbana no meio rural vincula-se a uma série de variáveis e entre estas destacam-se a proximidade com a cidade, a procedência do proprietário, suas possibilidades financeiras e o seu grau de relações com a sociedade onde vive.⁸

Chega-se a polêmica discussão quanto a atribuição da construção da Jambeiro por Ramos de Azevedo. Maria Rita Amoroso, em sua dissertação de mestrado, refaz o percurso de vida de Ramos de Azevedo para comprovar sua atuação no meio rural. Realiza isso por meio de relatos dos descendentes dos donos das fazendas, segundo a relação social que Ramos de Azevedo tinha com os fazendeiros na época, e buscando similaridades arquitetônicas com outras obras comprovadamente deste engenheiro. Ela se justifica em outros projetos dele como o Bosque dos Jequitibás, por entendê-lo como

uma interface entre obras rurais e urbanas. Porém seu objeto é a Fazenda São Vicente que, assim como a Fazenda Jambeiro, tem sua construção atribuída a Ramos de Azevedo. O estilo arquitetônico deste engenheiro é uma mescla de neoclassicismo com ecletismo que ora pendia para um lado, ora para outro.⁹

As duas fazendas são bem próximas, pois ambas são relacionadas ao engenheiro e arquiteto, mas nenhuma delas tem a planta assinada por ele. Segundo Carlos Lemos, Ramos de Azevedo não costumava assinar seus projetos rurais, a atribuição foi dada principalmente pelas relações pessoais que ele tinha com estes proprietários cafeeiros. Ramos de Azevedo tinha trabalhado em projetos urbanos tanto para a Baronesa de Limeira, dona da Fazenda São Vicente, como para a família Pompeu de Camargo, dona da Fazenda Jambeiro. Sobre a documentação do escritório de Ramos de Azevedo, Carlos Lemos fala que “Tem-se a impressão de que houve um plano deliberado de confundir qualquer futuro estudioso, atento a descobrir as autorias ou atribuições, porque absolutamente nenhuma prancha ou desenho é datada”.

Além do contexto, é preciso um estudo mais minucioso da fazenda, porém devido a grande escassez documental, se faz necessário a busca de outras metodologias. Embora tenha sido uma das principais fazendas de café do fim do século XIX, esta se torna apenas referências de notas de rodapé nos livros sobre a cidade. A arqueologia, neste caso, se mostra particularmente pertinente e interessante para o entendimento dos processos de estruturação da sociedade campineira. Além disso, temos a possibilidade de oferecer aos responsáveis pela gestão deste bem cultural algumas sugestões de uso do espaço, com objetivo de sua re-apropriação e uso público.

A disciplina arqueológica trabalha com métodos que permitem explorar alguns dos múltiplos significados que a fazenda assumiu enquanto componente ativo e fundamental na construção da paisagem rural/urbana de Campinas. Entro em contato com uma metodologia de estudo que permite entender as relações sociais a partir de uma investigação arqueológica da arquitetura da fazenda. Dois autores foram fundamentais para esse processo:

a partir das teses de Andr es Zarankin que utiliza os métodos da arqueologia da arquitetura para comparar as diferentes arquiteturas das escolas argentinas,¹⁰ e de Paulo Eduardo Zanettini que estuda as Casas Bandeiristas sedes de fazendas construídas ao redor da vila de Piratininga entre os séculos XVII e XVIII.¹¹ Tal metodologia que permite a análise aprofundada das plantas   mais detalhadamente apresentada por estes três autores:

Thomas Markus, em seu livro *Buildings & Power: freedom & control in the origin of modern building types*, levanta três aspectos básicos que devem estar bem claros para se ler um edifício: a forma, a fun o e sua organiza o espacial. A forma seria a morfologia da estrutura arquitet nica; na fun o vemos a rela o que a forma tem com os tipos de atividades que são pensadas e realizadas no local; e por fim, a organiza o espacial vai dizer a maneira que os espaços se vinculam e se relacionam entre si dentro da estrutura arquitet nica. Além disso, este autor apresenta em sua metodologia duas escalas de grandeza: a *macro*, uma visão do edifício como unidade ou totalidade; e a *micro*, que corresponde a uma análise das partes ou de aspectos particulares dentro da estrutura.

Tanto a forma quanto a fun o são fáceis de descobrir, uma simples leitura do histórico do prédio já pode fornecer tais dados. Porém, a dificuldade está em decifrar a organiza o espacial do edifício. A planta será analisada seguindo o modelo “gamma” elaborado por Bill Hillier e Julienne Hanson e apresentado no livro *The Social Logic of Space*, este permite conhecer a organiza o do espaço e as possibilidades de circula o; e os índices organizados por Richard Blanton em *Houses and Households*, o qual em sua análise consiste em estudar como diferentes fatores sócio-culturais e econ micos influem na concep o e uso dos locais.

Hillier e Hanson permitirão decompor o edifício em uma série de gráficos que servem para entender a organiza o do espaço. Tal gráfico   composto por nós, onde temos círculos representando espaços, salas; e linhas que representam as portas que conectam os espaços. A partir de um simples desenho temos uma classifica o prévia dos espaços: distributivos, caso os espaços dêem acessos a outros; os não distributivos, espaços que se

encerram sem conexões. Estes autores mostram que o aspecto principal levantado é a capacidade de análise da comunicação entre os diferentes nós, e como eles se relacionam com o espaço externo. A ideia é que quanto maior o controle, menor é a possibilidade de circulação dentro da estrutura.

Richard Blanton, a partir do modelo “gamma”, constrói uma série de índices que possibilitam aprofundar a análise da estrutura arquitetônica. Estes índices são denominados “escalas”, medem o tamanho; “integração”, estabelece o tipo de comunicação e circulação dentro da estrutura; e “complexidade”, que mostra a distribuição e isolamento no espaço.

A convergência das teorias destes autores citados acima vai permitir explicitar o funcionamento do edifício. Ao cruzar com os dados históricos levantados no princípio da pesquisa vemos como as mudanças de função transformam a dinâmica de hierarquização de poder dentro da instituição.

O trabalho não termina no entendimento do objeto, mas como explicado antes, minha intenção é trabalhar com a comunidade do bairro, restaurar a história da fazenda para as pessoas que moram no seu entorno e despertar nessa população uma necessidade de guarda do patrimônio. Para Haroldo Gallo,

de nada adianta conservar aquilo sobre o que não se tem memória. E para que se haja memória de alguma coisa é preciso que haja recordação, sentido que abrange o conhecimento e a apropriação de algo que se tem sentimento (...). Conservação sem apropriação de sentimento é conservação vazia e inútil. É conservação nostálgica que não forma os liames da identidade.¹²

Encaro a cidade como um bem cultural na qual os problemas do patrimônio cultural são um fato social, um constante conflito entre a ordenação urbana sempre em transformação e a preservação de um patrimônio. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, ao estudar as cidades, divide-as em três dimensões: a cidade é um *artefato*, fabricado segundo padrões sociais de forma, função ou sentido; está envolvida em um *campo de forças*, um espaço definido entre constantes conflitos de natureza territorial, econômica, política, social ou cultural; as práticas que dão forma e função ao espaço também lhe dão sentido e inteligibilidade, deste modo a cidade é

representação. Qualquer projeto de intervenção deve, então, se voltar para o habitante, a preocupação é de esfera local. O projeto se utiliza da arqueologia como uma forma de fazê-la tanto pública como publicamente relevante. Neste ponto, a educação patrimonial funciona como uma ferramenta de preservação sustentável. Como apresentado no artigo *Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos* de Rossano Lopes Bastos, entender sobre o patrimônio é um tipo de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.

NOTAS

* Mestrando em História na linha de pesquisa “Cultura, Cidade e Patrimônio” da área “Política, Memória e Cidade” pela UNICAMP, orientado pelo professor Marcos Tognon. E-mail: marcelo_gaudio@yahoo.com.br

¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os cantos e os antros*. Campinas. Edusp/Unicamp. 2008. p.55–57.

² HOLANDA, Sergio Buarque de. *Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas. Editora da Unicamp. 2008. p. 172–174.

³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 3º ed. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio. 1961. p.22.

⁴ *Idem*, Record. 1968. pp.100–101.

⁵ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil vol. I*. 3º ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1973. p. 40.

⁶ HOLANDA, op.cit., p.87.

⁷ AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. *Arquitetura Campestre na Obra de Ramos de Azevedo. A arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas*. CEATEC. PUCCAMP. 2009, p. 21.

⁸ PEDROSO, MariaLice Faria. *Arquitetura das Fazendas de Café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930*. Dissertação (mestrado). IFCH. Unicamp. Campinas. 1998, p.195.

⁹ LEMOS, op.cit. 1989, p.121.

¹⁰ Andrès Zarankin. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires - (doutorado)*; Unicamp. Campinas. 2001).

¹¹ Paulo Eduardo Zanettini (*Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. (Doutorado em Arqueologia). MAE/USP. São Paulo, 2006).

¹² *Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação ente a identidade e a autenticidade in Patrimônio: Atualizando o Debate*. IPHAN. 2006, p.98.